

PLANEJANDO A REABERTURA DAS ESCOLAS

A contribuição das pesquisas sobre os benefícios da natureza na educação escolar



As sugestões neste documento devem ser consideradas de forma complementar, observando as recomendações oficiais da Organização Mundial de Saúde (OMS) e dos órgãos responsáveis por saúde e educação.

Foto: Rinaldo Martinucci | Acervo programa Criança e Natureza

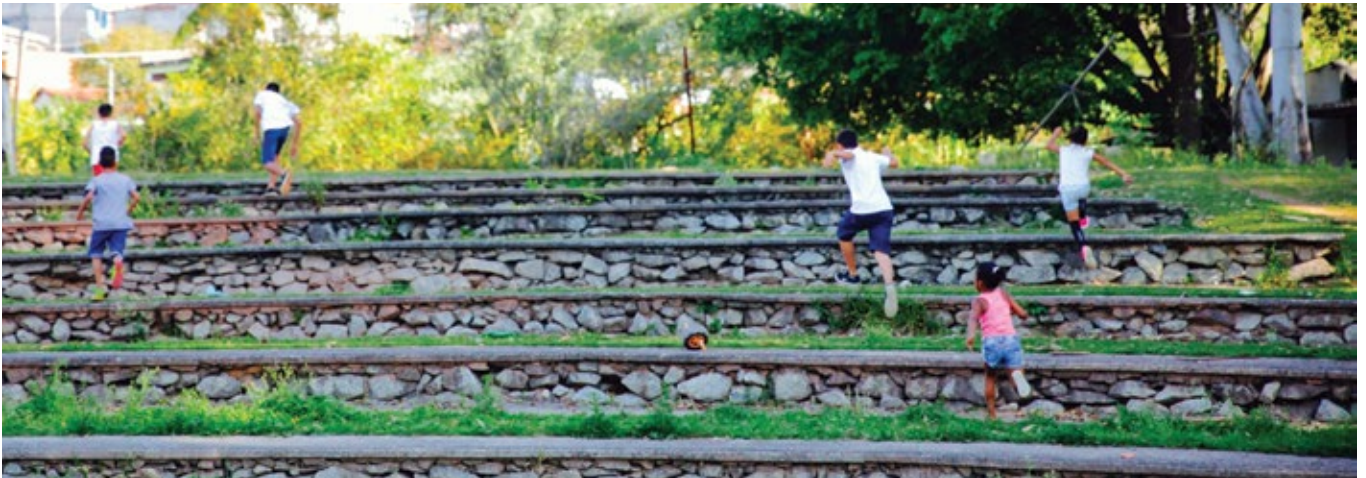
A natureza a favor do desenvolvimento saudável e integral



Mesmo antes do início da quarentena provocada pela pandemia de COVID-19, as crianças já vinham sentindo certo tipo de confinamento físico e social. Com a maior parte da população brasileira morando em áreas urbanas, o modo de vida de muitas crianças tem se restringido a espaços fechados. Por um lado, a diminuição da sensação de segurança nos espaços públicos, a baixa quanti-

dade e o pouco acesso às [áreas verdes das cidades](#). Por outro, a concentração da rotina e das atividades das crianças em espaços fechados, somada ao aumento do uso da tecnologia. Esta realidade já configurava um quadro em que as crianças tinham poucas oportunidades de usufruir os espaços ao ar livre, com reflexos significativos em seu desenvolvimento integral e saudável.





Segundo [estudos e pesquisas](#), o resultado da privação da vivência da criança e do adolescente em espaços abertos e naturais provoca efeitos sobre sua saúde e desenvolvimento. Obesidade, sedentarismo, baixa motricidade - falta de equilíbrio, agilidade e habilidade física - e até miopia são alguns dos efeitos relacionados à restrição de circulação e movimentação em áreas ao ar livre na infância e adolescência.

Paralelamente, muitas pesquisas surgiram nos últimos anos mostrando que o convívio com a natureza na infância e na adolescência previne doenças crônicas como diabetes, asma, obesidade, entre outras. Favorece, ainda, o desenvolvimento neuropsicomotor, além de proporcionar bem-estar mental, equilibrar os níveis de vitamina D e diminuir o número de consultas médicas.

O contato com a natureza ajuda também a fomentar a criatividade, a iniciativa, a auto-

confiança, a capacidade de escolha, de tomar decisões e resolver problemas, o que por sua vez contribui para a melhora da coordenação psicomotora e do desenvolvimento de múltiplas linguagens. Sem falar nos benefícios associados ao desenvolvimento socioemocional, como a empatia, a aprendizagem de cuidados consigo, com o outro e com o ambiente, senso de pertencimento e de interdependência.

O programa Criança e Natureza acredita que para promover uma infância mais rica em natureza é importante que existam ações organizadas pelos diferentes setores da sociedade e do poder público. As famílias, as escolas e as estruturas governamentais de educação, saúde, assistência social, meio ambiente e urbanismo podem contribuir para maior aproximação das vivências à natureza, promovendo um desenvolvimento mais saudável de todas as crianças nas cidades.

Como os espaços abertos e naturais podem ajudar no retorno às aulas presenciais?



Considerando os [benefícios que o contato com a natureza](#) traz para a saúde integral das crianças e as medidas de segurança sanitária em face à pandemia, entre elas a necessidade de evitar aglomerações, as experiências de aprendizado ao ar livre podem ser

um dos elementos a compor os protocolos de reabertura das escolas. Após um longo período de contenção corporal e inúmeras perdas individuais e coletivas, o processo de acolhimento emocional aos estudantes passa por oportunidades de interação física (respeitando o distanciamento seguro) e movimentação em áreas abertas.

Foto: Joel Reichert | Acervo programa Criança e Natureza



A inclusão desta medida associada a outros aportes pedagógicos e sanitários pode contribuir também com a oferta de benefícios imediatos à saúde dos estudantes e educadores, como o aumento da vitamina D pela exposição ao sol e o fortalecimento da imunidade. Além disso, parcerias com parques e clubes próximos às escolas, por exemplo, podem auxiliar em novos arranjos espaciais das turmas, evitando aglomerações e a sobrecarga dos espaços internos.

Desafio da volta às aulas



Com a chegada da pandemia de COVID-19 ao Brasil, as escolas tiveram suas atividades paralisadas como medida de distanciamento social para achatar a curva de contágio da doença, não sobrecarregar o sistema de saúde e preservar a saúde de estudantes, educadores e funcionários. A medida também buscou não expor ao vírus idosos e pessoas com comorbidades que moram com os estudantes.

Em março, estados e municípios anunciaram medidas distintas para garantir o direito à educação neste período. Algumas redes anteciparam recesso escolar ou férias, enquanto outras deram continuidade aos estudos por meio de atividades pedagógicas não presenciais, mediadas ou não por tecnologias de informação e comunicação. Diferentes recursos foram adotados pelas redes pública e privada: uso de canais abertos de emissoras públicas de televisão e rádio,

grupos de WhatsApp, plataformas on-line, materiais impressos, entre outros.

Mesmo frente ao esforço de gestores e educadores em manter o aprendizado e o vínculo educativo, não foram todos os estudantes que tiveram seu direito à educação assegurado. O já frágil vínculo entre o estudante e a escola, a desigualdade de acesso e uso de recursos tecnológicos e a intensificação de condições socioeconômicas vulneráveis são alguns dos elementos que corroboram o aumento das desigualdades socioeducativas, assim como a apreensão quanto ao aumento das taxas de abandono e evasão escolar.

O debate sobre quando e como será a retomada das aulas presenciais deve também considerar um olhar sistêmico e articulado das dimensões socioeconômica, pedagógica, sanitária e de acessibilidade. Os 26 estados – mais o Distrito Federal – e seus mais

de 5 mil municípios em fases diferentes de contágio da doença enfrentam demandas, desafios e impactos também diversos, com a gradual retomada das atividades econômicas dos responsáveis pelos estudantes.

De acordo com os dados da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a reabertura das escolas atinge 38,7 milhões de estudantes (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) da rede pública municipal e 9,1 milhões de estudantes da rede privada, além de 2,7 milhões de docentes e cerca de 2 milhões de profissionais de apoio à atividade educacional. Todos

voltarão a circular nas ruas, necessitando de serviços de mobilidade urbana como transporte coletivo e, eventualmente, o uso mais recorrente dos serviços de saúde diante de novas ondas da COVID-19.

Com base em experiências de outros países e de diretrizes construídas para o planejamento da retomada das aulas, como as organizadas pela Undime, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e sociedade civil, as redes devem orientar a construção de seus protocolos próprios, respeitando suas diretrizes gerais.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA A CRIAÇÃO DE PROTOCOLOS

- Formação de comissão intersetorial no município ou estado, com participação de órgãos como os da saúde, assistência e meio ambiente, transporte e mobilidade urbana, obras e infraestrutura, para planejamento da reabertura das escolas considerando os diferentes contextos e realidades;
- com a diminuição de receitas dos municípios, os investimentos em educação estão sob enorme pressão e risco. No entanto, obras e adaptações em infraestrutura com impacto de médio e longo prazos nas escolas já eram necessárias e agora ganham ainda mais relevância. A criação de espaços ao ar livre, como parquinhos e pátios abertos dentro das escolas, merece priorização orçamentária. Como já mostravam dados do relatório da Unesco (2018), há dentro do próprio sistema educacional assimetrias de espaços ao ar livre. Por exemplo, na educação infantil, apenas 40% dos prédios de pré-escola têm parque infantil, 33% têm pátio descoberto e 24% têm áreas verdes. Além disso, este investimento converge com

a meta 6 do Plano Nacional de Educação, que trata da promoção da educação integral e, especialmente, com a estratégia 6.3 que estabelece o programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, e enfatiza a infraestrutura escolar como parte da oferta de uma educação de qualidade;

- estratégia de formação e acompanhamento do retorno dos profissionais da educação, com oferta de subsídios pedagógicos e emocionais sobre as exigências surgidas a partir da pandemia;
- necessidade de planos graduais e contínuos de processos de escuta, acolhimento e avaliação diagnóstica dos estudantes, para mensurar as necessidades e os diferentes níveis de aprendizados e impactos do isolamento social nos diferentes contextos;
- plano de gestão de espaços da rede e das escolas como medida de reorganização dos estudantes, para circulação mais segura de pessoas e prevenção de aglomerações nos espaços escolares;
- plano de gestão dos tempos da rede e das escolas (carga horária diária) e a extensão do calendário escolar ao ano civil de 2021 para que os direitos de aprendizagem sejam garantidos;
- adoção de ensino híbrido, com manutenção e novos arranjos entre a modalidade presencial e a aprendizagem remota, mediada ou não por tecnologia da informação e comunicação, garantindo o acesso de todas as crianças;
- retomada gradual das diferentes etapas de ensino, com intervalo de 15 dias entre uma e outra, como tempo para ajustes, avaliação e novas medidas sanitárias de distanciamento (no mínimo 1 metro entre as carteiras e as pessoas; marcadores no chão para direcionar circulação e posicionamento; horários alternados para entrada, saída, lanche e intervalo; uso de recipientes individuais para tomar água); uso de máscara por estudantes e Equipamento de Proteção Individual (EPI) por funcionários; adoção de medidas de etiqueta respiratória; higienização das mãos (pias com sabão, toalhas de papel e recipientes com álcool em gel disponíveis); limpeza e desinfecção de ambientes executadas de forma rigorosa.

Aprendizado ao ar livre e territórios educativos: contribuições para os protocolos de retomada das aulas

Foto: Joel Reichert | Acervo programa Criança e Natureza



Com a intenção de contribuir com as recomendações e medidas já pensadas para o planejamento seguro da volta às aulas, e tendo em vista a promoção de saúde e o aumento da capacidade de atendimento aos alunos, o programa Criança e Natureza, com base em estudos da área de saúde, referências históricas e experiências internacionais, apresenta sugestões para uso das áreas verdes e espaços abertos dentro e fora das escolas na retomada das aulas.

Essas sugestões devem levar em consideração os desafios de cada diferente contexto ou realidade. Sabemos que não será possível a implementação tal qual descrita em

muitas situações e lugares que não reúnem condições e áreas livres propícias para uso. Mas isso não impede que se tome providências para o emprego imediato onde já for possível, e que se busque condições em outros locais.

Por meio da articulação em rede dentro dos territórios, acreditamos que seja possível fazer um planejamento que priorize a segurança de alunos, famílias e funcionários envolvidos na rede de ensino, e que proponha alternativas para cumprir o direito de crianças e adolescentes a usufruírem experiências ao ar livre, medida que colabora com os protocolos sanitários.

Foto: Rinaldo Martinucci | Acervo programa Criança e Natureza



1. **Ampliar a intersetorialidade das comissões de planejamento para o aumento da capacidade de atendimento aos estudantes**

Recomendamos a inclusão das áreas de urbanismo, meio ambiente, esportes e lazer na composição das comissões estaduais e municipais para o planejamento e definição de protocolos de volta às aulas, considerando os diferentes contextos e realidades. A realização de aulas ao ar livre, em parceria com equipamentos e órgãos públicos da rede, ou com a sociedade civil

Foto: Rinaldo Martinucci | Acervo programa Criança e Natureza



Foto: Rinaldo Martinucci | Acervo programa Criança e Natureza



organizada (parques, pátios abertos, quadras descobertas, espaços da comunidade, parques e clubes públicos), como parte dos demais planejamentos pedagógicos, alia aumento da capacidade de atendimento aos alunos e promoção da saúde dos estudantes. A realização de aulas ao ar livre faz parte das recomendações publicadas pela SBP.

Foto: Rinaldo Martinucci | Acervo programa Criança e Natureza



2. Criação de salas de aula temporárias



Recomenda-se a parceria com parques e clubes municipais, bem como o aproveitamento de praças no entorno da escola para o desenvolvimento das aulas, como dito acima. As parcerias melhoram a relação custo-benefício e a colaboração orçamentária entre diferentes pastas na criação e viabilização de salas de aula temporárias nesses

espaços. Sugerimos o aproveitamento, por exemplo, do material de poda de árvores para a construção de bancos que podem ser dispostos em semicírculo (formato de meia lua), com distanciamento seguro entre eles, para funcionarem como salas de aula temporárias, e o uso das áreas de piquenique que já contam com mesas e bancos. As parcerias entre escolas e equipamentos da comunidade requerem, ainda,

um plano de mobilidade, acessibilidade e circulação no território que priorize o deslocamento de curta distância como meio de evitar o uso do transporte coletivo. Deve-se pensar também no planejamento de estratégias de transporte e acesso para as pessoas com deficiência. Vale lembrar que o próprio trajeto entre a escola, a casa dos estudantes e os espaços de referência comunitária têm potencial educativo.

Foto: Acervo Green Schoolyard America



3. Aproveitar os pátios escolares



Sabemos que o sistema escolar apresenta disparidades e assimetrias com relação aos espaços ao ar livre e o contato com o verde. No entanto, para as escolas que contam com espaços como pátios abertos, por exemplo, é possível organizar neles as carteiras para o desenvolvimento das au-

las nos dias em que não estiver chovendo. Como as crianças sentem necessidade de brincar e de relacionar-se socialmente nesses espaços, é importante estabelecer medidas de distanciamento social e prevenção da transmissão do COVID-19.

4. Materiais simples para o ensino e a aprendizagem



Pranchetas, quadro branco ou *flip-chart* podem ser utilizados como materiais de estudo nessas áreas abertas. Esses espaços

podem também ser usados para aulas de artes e de educação física.

5. Priorizar o espaço ao ar livre para receber as crianças



Frente ao reconhecimento da necessidade do brincar livre para as crianças, essas áreas podem ser priorizadas para o acolhimento da educação infantil e anos iniciais, aumentando assim a capacidade dos espaços físicos das escolas que podem ser destinados às crianças maiores e aos adolescentes.

A Base Nacional Comum Curricular estabelece como concepção para a educação infantil a brincadeira e a interação social em campos de experiências, salientando uma organização que não seja pautada por disciplinas. Assim, a natureza é um campo de experiência bastante propício para esse momento da educação.

6. Apostar na autorregulação dos estudantes



Muitas pessoas podem considerar difícil ensinar em espaços abertos por estes propiciarem mais dispersão. Experiências de aprendizado ao ar livre ou em salas semiabertas, como as da Escola Ágora, escola particular inovadora na arquitetura desse tipo de sala

de aula, apostam na capacidade de autorregulação do estudante e na colaboração de todos em benefício do sucesso da volta às aulas, tanto no que se refere à aprendizagem quanto aos cuidados com medidas sanitárias, com higienização constante das mãos.

7. Comunicação eficiente com as famílias



É necessário muito cuidado no processo de comunicação com as famílias e que haja espaço para que elas possam participar de uma construção coletiva do planejamento para a retomada das aulas. O trabalho com grupos menores de estudantes pode contar com o auxílio de pais voluntários que tenham disponibilidade para acompanhar, e até mesmo propor, algumas atividades.

Foto: Rinaldo Martinucci | Acervo programa Criança e Natureza



É preciso um trabalho intersetorial que leve a sério o que a Constituição Federal aponta em seu artigo 227, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar os direitos das crianças e adolescentes, e que se pense com muito cuidado qual o momento certo de voltar às aulas, levando em consideração o superior interesse da criança, garantido pela Convenção Internacional dos Direitos das Crianças.

A natureza a favor do cuidado e acolhimento de educadores e estudantes



Outro aspecto que tem sido discutido no planejamento da retomada das aulas é a **necessidade de um período de acolhimento de todos que chegam**. Estudos apontam o impacto emocional ou psíquico do confinamento e isolamento social nas crianças. Se, por um lado, efeitos como obesidade, transtornos de aprendizagem e miopia já eram mais conhecidos na **restrição de circulação ao ar livre a que as crianças estavam expostas**, somam-se a estes, agora, outros efeitos de saúde mental: a diminuição de atividades físicas, o aumento do uso de telas, a precariedade do atendimento às necessidades básicas de renda, segurança alimentar, acesso à água potável, além da violência no ambiente doméstico são alguns dos fatores que favorecem o agravamento da saúde integral dos estudantes.

Especialistas acreditam que ansiedade e depressão são alguns dos sintomas que podem se estender ao longo do tempo como resultado de estresse tóxico, conforme [estudo](#) com

análise dos impactos do isolamento social e seus efeitos na saúde mental e no desenvolvimento infantil. O [artigo](#) de Beatriz Portinari traz alguns dos fatores que têm preocupado psiquiatras e psicólogos: “Os problemas de saúde mental têm a ver não só com o medo de um vírus invisível, mas também com o distanciamento social. Vários estudos preliminares apontam a relação entre longas quarentenas e maior angústia psicológica, que pode se manifestar como pesadelos, terrores noturnos, medo de sair de casa, de que seus pais voltem ao trabalho, irritabilidade, hipersensibilidade emocional, apatia, nervosismo, dificuldade de concentração e até um leve atraso no desenvolvimento cognitivo da criança.” O artigo traz dados de estudos que apontam que traumas massivos, como em grandes desastres naturais, podem se revelar aos poucos e durar ao longo do tempo.

É preciso **planejar momentos para o cuidado com aspectos emocionais, físicos**

e sociais de quem retorna à escola. Para além dos prejuízos cognitivos, deve-se prever o rearranjo curricular com a inclusão de uma proposta de educação atrelada ao cuidado. A **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** destaca, dentre as competências gerais a serem desenvolvidas ao longo de toda a educação básica, aprendizagens essenciais sobre o cuidado.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

A educação integral, compromisso da BNCC, fundamenta a compreensão de um processo de ensino e aprendizagem que considere todas as dimensões humanas, vinculando-se à vida e às diferentes realidades dos estudantes, e a necessidade de ir além de propostas fundamentadas em lógicas fragmentadas e disciplinares do conhecimento.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Reconhece que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve fortalecer-se na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

Destacamos aqui que é preciso haver um equilíbrio no planejamento da retomada das aulas presenciais entre atividades que visem ao acolhimento emocional, ao cui-

dado com o corpo e ao desenvolvimento cognitivo. Assim, é importante pensarmos que cuidado e educação devem andar juntos e compreender que as medidas sanitárias devem ser associadas à qualidade das propostas pedagógicas, levando em consideração a multidimensionalidade das desigualdades étnico-raciais, socioeconômicas e geográficas que atravessam a trajetória dos estudantes.

Nesse cenário, a natureza, as áreas livres, o território são importantes parceiros da educação escolar. Além dos benefícios para a saúde integral, como exposto anteriormente, desemparedar e conquistar os espaços que estão para além dos muros escolares, pois não apenas as salas de aula, mas todos os lugares são propícios às aprendizagens: terreiros, jardins, plantações, criações, riachos, praias, dunas, descampados; tudo que está no entorno, o bairro, a cidade, seus acidentes geográficos, pontos históricos e pitorescos, as montanhas, o mar... Além de se constituírem como espaços de brincar livremente e relaxar, esses lugares podem também ser explorados como ambiente de ouvir histórias, desenhar e pintar, espaços de aprendizagem em que se trabalha uma diversidade de conhecimentos.

A Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos da Criança (ONU - CDC) também prevê a garantia do direito ao lazer e à educação para que desenvolvam o respeito ao meio ambiente. O Artigo 31 deste marco legal garante especificamente o direito ao brincar: “Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao **descanso e lazer, a participar do brincar e das atividades recreativas** e a participar livremente da vida cultural e das artes”. Por outro lado, o Artigo 29 reconhece que a educação deverá estar orientada no sentido de “**imbuir na criança o respeito ao meio ambiente**”.

A seguir, algumas experiências históricas e de outros países demonstram que o uso de espaços abertos para o aprendizado ao ar livre, aliado a um complexo conjunto de medidas sanitárias e pedagógicas, pode qualificar ainda mais o planejamento para a volta às aulas.

Volta às aulas e escolas ao ar livre



Em 1904, durante o surto de tuberculose, houve próximo de Berlim a primeira experiência de [escolas ao ar livre](#) como medida de redução do risco de transmissão da doença. Essas práticas foram ampliadas depois da Segunda Guerra Mundial em alguns países da Europa, como Inglaterra e França. Essa referência [voltou ao debate](#) na pandemia que estamos atravessando, uma vez que, assim como a transmissão da tuberculose, o contágio do COVID-19 ocorre principalmente pelas vias aéreas e pelo contato

com olhos e nariz. A medida de aulas ao ar livre evitava a concentração de pessoas em locais fechados para que não houvesse aumento na transmissão.

Estudos do professor e imunologista da Faculdade da Universidade de Massachusetts Dartmouth, Erin S. Bromage, corroboram essa opção. O autor do [artigo](#) aponta que a transmissibilidade do coronavírus está relacionada não só à distância em relação aos perdigotos, gotículas contaminadas de saliva que são impelidas no ar por uma pessoa infectada, numa aglomeração de pessoas, mas também ao tempo de exposição ao vírus em ambientes fechados. Ainda que haja muitas pesquisas em andamento a fim de conhecer melhor a propagação do COVID-19, o estudo indica que, ao ar livre, o vírus tende a se dissipar de maneira muito rápida. Em [entrevista](#) à [British Broadcasting Corporation](#) (BBC) ele afirma que, em ambientes abertos, “quando uma pessoa doente espirra, os germes se dissipam muito rapida-

Foto: Acervo National Archief



mente”. Além disso, ele acrescenta que “o vento e o espaço diluem a carga viral, e a luz solar, o calor e a umidade também podem afetar a sobrevivência viral”.

Alguns países têm levado em consideração a referência histórica das escolas ao ar livre para retomada das aulas pensando, literalmente, **fora da caixa**. Destacam-se [Escócia](#) e [Dinamarca](#), na Europa, onde estão sendo tomadas medidas, principalmente para as crianças menores, levando em consideração **experiências de aprendizado ao ar livre** como forma de prevenção, associadas

a outros cuidados sanitários, como lavagem constante das mãos. Também é argumento a maior facilidade em controlar o distanciamento social, fazendo trabalhos e lanches em pequenos grupos.

Outro movimento, desta vez nos Estados Unidos, também tem levantado essa discussão por meio da rede [Green Schoolyards America](#). Ideias simples como uso de mesas e bancos para piqueniques, bancos feitos a partir de poda de árvores, pranchetas e quadro branco são formas de tornar viável o aprendizado ao ar livre.

Foto: Acervo Green Schoolyard America



Os parques infantis



Além das experiências internacionais, também temos como referência os [Parques Infantis](#) criados por Mário de Andrade quando este atuou na prefeitura de São Paulo (1935-1938). Esses parques constituíram uma proposta de educação fora da escola, que apostava em uma infância livre para assegurar o desenvolvimento integral de meninos e meninas. Na prática, representou uma experiência de educação ao ar livre que contava até com atendimento à saúde nesses espaços.

Como apontam as recomendações elaboradas pela [Undime](#) e o [Consed](#), a decisão da retomada das aulas presenciais deve ser planejada, em parceria, por comissões intersetoriais que reúnam diferentes órgãos e instituições da saúde e da assistência social.

É fundamental a inserção e o diálogo com as áreas de urbanismo e meio ambiente para **viabilizar o uso de espaços ao ar livre para o acolhimento das crianças durante o retorno às aulas.**

Foto: Acervo Itaú Cultural



Os parques, também fechados ao público, de forma coordenada e planejada, podem se transformar em espaços valiosos de aprendizagem no processo de reabertura das escolas. Empenhos desta natureza são estratégicos no alcance da **meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE)**, em especial na aplicação da

estratégia 6.4 (fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários).

Esforços coordenados para a qualidade da educação



Por fim, os esforços coordenados para a retomada das aulas devem estar em consonância com a qualidade da educação (meta 7 do PNE). A responsabilidade pela qualidade da educação é pautada pelo regime de colaboração entre as esferas municipal, estadual e federal, como preconiza a estratégia 7.3 do PNE, reforçando a necessidade de cooperação entre as partes envolvidas. Deve-se levar em conta que os investimentos em infraestrutura, como pátios, jardins, espaços de convivência, mesas e bancos ao ar livre terão resultados perenes para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem nas escolas e que devem buscar diminuir as disparidades tanto no que se refere a infraestrutura de prédios escolares quanto ao acesso e melhoria de condições das áreas livres do entorno das escolas.

Estratégia 7.3 do PNE: constituir, em colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

Referências

1. Área verde por habitante. Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. 2019. Disponível em: <<https://www.redesocialdecidades.org.br/area-verde-por-habitante>>. Acessado em junho de 2020.
2. CONSED. Diretrizes para protocolo de retorno às aulas presenciais. Brasília: Conselho Nacional de Secretarias de Educação, junho de 2020. Disponível em: <<http://consed.org.br/media/download/5eea22f13ead0.pdf>>. Acessado em julho de 2020.
3. GAGLIONI, Cesar. Quais os efeitos da pandemia no desenvolvimento infantil. Jornal Nexo, São Paulo, 11 de maio de 2020. Expresso. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/11/Quais-os-efeitos-da-pandemia-no-desenvolvimento-infantil?utm_medium=Email&utm_campaign=BoletimCoronavirus&utm_source=nexogeral>. Acessado em julho de 2020.
4. Os benefícios de brincar ao ar livre. Programa Criança e Natureza e Sociedade Brasileira de Pediatria. 2019. Disponível em: <<https://criancaenatureza.org.br/para-que-existimos/os-beneficios-de-brincar-ao-ar-livre/>>. Acessado em junho de 2020.
5. PORTINARI, Beatriz. Os efeitos do confinamento na saúde mental de crianças e adolescentes. El País, Madri, 6 de junho de 2020. Mamas & Papas. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/mamas_papas/2020-06-06/os-efeitos-do-confinamento-na-saude-mental-de-criancas-e-adolescentes.html>. Acessado em junho de 2020.
6. Prioridade Absoluta. Instituto Alana: São Paulo. Disponível em <<https://prioridadeabsoluta.org.br>>. Acessado em julho de 2020.
7. SBP e Instituto Alana. Grupo de Trabalho em Saúde e Natureza. Manual de Orientação Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019. Disponível em: <https://criancaenatureza.org.br/wp-content/uploads/2019/05/manual_orientacao_sbp_cen.pdf>. Acessado em junho de 2020.
8. SBP. Departamentos Científicos de Imunizações (2019-2021) e de Infectologia (2019-2021). Nota de Alerta. COVID-19 e a volta às aulas. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria, 13 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22516b-NA_-_COVID-19_e_a_Volta_as_Aulas.pdf>. Acessado em julho de 2020.

9. UNDIME. Subsídios para a elaboração de protocolos de retorno às aulas na perspectiva das redes municipais de Educação. Brasília: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, junho de 2020. Disponível em: <https://undime.org.br/uploads/documentos/php7us6wi_5ef60b2c141df.pdf>. Acessado em julho de 2020.
10. UNESCO. Panorama das políticas de educação infantil no Brasil. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2018. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261453>>. Acessado em julho de 2020.
11. Governo Federal. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acessado em julho de 2020.
12. Governo Federal. Plano Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acessado em julho de 2020.

Realização



Uma iniciativa



Apoio

